

# “SC será um estado mais seguro juridicamente”

Na terça-feira da última semana (25), o Plenário da Assembleia Legislativa discutiu, votou e aprovou, por 21 votos contra nove, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 10/2015, de autoria da Mesa, que acrescenta o artigo 85-A à Constituição do Estado, para dispor sobre súmula com efeito vinculante no âmbito do Tribunal de Justiça (TJSC). Essa entrevista exclusiva, concedida pelo presidente do Legislativo estadual, deputado Gelson Merisio (PSD), à reportagem da **Coluna Pelo Estado**, tem como principal tema a súmula vinculante. Mas Merisio também fala aqui sobre o esforço para reduzir gastos e das campanhas publicitárias institucionais, como a “Gente que faz a diferença”, que busca elevar a autoestima dos catarinenses e impedir que o pessimismo diante da crise tenha impactos econômicos e sociais, e a “Drogas, não dá mais pra aceitar”, lançada na semana passada.



**[PeloEstado] - Qual a importância da súmula vinculante, cuja admissibilidade foi aprovada em Plenário?**

**Gelson Merisio** - A súmula é um instrumento do Judiciário que já é aplicado desde 2007, em âmbito nacional, com sucesso, emprestando agilidade ao Judiciário. Trata-se de um resumo de casos semelhantes decididos em um mesmo sentido que norteia a decisão dos magistrados. Desde o início de sua aplicação no país os processos em curso nos Tribunais Superiores, em Brasília, caíram de 159 mil, para menos de 100 mil. Para nós, o importante é termos um debate estabelecido sobre formas de contribuirmos com o processo Judiciário. Precisamos de ferramentas e a súmula vinculante pode ser uma delas, dependendo do aprofundamento do debate, do contraditório que tem que ser feito, da participação da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), dos juízes, do Ministério Público, para construirmos soluções que agilizem o processo, desburocratizem e diminuam os graus de recursos que hoje tornam o Poder Judiciário lento e dissociado do dia a dia das pessoas.

**[PE] - Quais os próximos passos na Assembleia?**

**Merisio** - Foi feito um estudo com doutores da Universidade Federal (UFSC), que embasaram juridicamente a proposta, com condições reais de defesa da sua constitucionalidade, para que pudesse tramitar e ser debatida. Ultrapassamos essa etapa, houve o ingresso da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) na Assembleia, a admissibilidade aprovada pela maioria dos deputados e, agora, vamos ter o debate efetivo da constitucionalidade e do mérito, ouvindo todos os operadores de direito. É um debate para evoluirmos como sociedade e órgãos de Estado, para que tenhamos mais agilidade nos pro-

cessos e, portanto, maior resolutividade da Justiça.

**[PE] - Santa Catarina pode ser o primeiro estado a ter essa solução?**

**Merisio** - Sim. Na segunda-feira (24), conversei com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski, que gostou da iniciativa. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) está com um processo semelhante na iminência de ser avaliado pelo STF. Há uma visão muito clara que o Brasil precisa rediscutir a sua estrutura processual. Temos 100 milhões de processos tramitando no Brasil. É praticamente um processo para cada duas pessoas! Se tivéssemos uma súmula absolutamente clara para processos distintos, que fossem enquadrados no juízo de primeiro grau, teríamos no segundo grau uma infinidade de processos a menos. Se aprovada, a proposta fará de Santa Catarina um estado mais seguro juridicamente, com aumento da previsibilidade das decisões judiciais e impedirá a multiplicação de processos sobre questões idênticas que apenas emperram o Judiciário.

**[PE] - Mesmo com tantas vantagens, nove deputados votaram contra. Há resistência?**

**Merisio** - É um tema relativamente novo e ainda há muitas dúvidas em relação à constitucionalidade, muito embora tenhamos plena convicção de que ela se sustenta desse ponto de vista. Vencida essa etapa, temos que discutir o mérito, que pode ser alterado, aprimorado... mas o simples debate já é algo importante. O Judiciário reclama que existem leis aprovadas e muitas atrapalham a atividade judiciária. Temos que fazer movimentos legislativos que melhorem esse cenário para que os operadores da Justiça, que

são os promotores, os juízes, os desembargadores, possam atuar de forma mais célere.

**[PE] - Os votos contrários vieram do PMDB. Houve motivação política?**

**Merisio** - Na verdade, é um tema polêmico. Mas eu esperava que o debate ocorresse agora, na discussão de mérito e na Comissão de Constituição e Justiça. A antecipação do debate é legítima, mas temos que nos submeter ao pensamento da maioria dos deputados. E a maioria foi pelo prosseguimento. Se houve motivação política, também é legítimo. Não vejo como um problema. Aqui é uma Casa democrática que se estabelece pelas maiorias.

**[PE] - Há um forte movimento no país para redução de gastos do setor público, um processo iniciado há algum tempo no Legislativo catarinense. O que há de novo?**

**Merisio** - Precisamos fazer gestos em direção do que é o certo. Agora estamos propondo a redução de 827 cargos efetivos para 407. Ou seja, mais de 400 cargos serão extintos conforme forem ocorrendo as aposentadorias. É uma projeção de médio e longo prazo para redimensionamento do Legislativo. Outras medidas estão sendo tomadas, sempre no sentido de termos efetividade, racionalização do serviço público e resposta para a sociedade. No passado, aqui na Assembleia, tínhamos, em alguns setores, 30, 40, 50 pessoas. Com o processo de informatização, essa necessidade de pessoal se reduziu. Então, temos que reduzir também, com o tempo, as pessoas ligadas a esses setores. Em paralelo à extinção de cargos efetivos de nível médio, fizemos um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com o Ministério Público para que todas as vagas de terceirizados que forem abertas através de demis-

são, voluntária ou involuntária, sejam automaticamente extintas. E isso já está acontecendo. Estamos fazendo aprimoramentos tecnológicos que reduzirão muito a necessidade de pessoal do setor administrativo.

**[PE] - Há outras medidas?**

**Merisio** - Temos alguns enfrentamentos para redução de gastos. Devolvemos para a Polícia Militar os policiais da ativa que faziam a segurança da Casa, substituídos por policiais da reserva. Agora, estamos reduzindo o quadro de efetivos e de terceirizados. Ao mesmo tempo, investimos para digitalizar todo o processo administrativo e o de tramitação de propostas, de forma que não tenhamos mais papel circulando. Para economizar, tudo é feito em parceria com os poderes. Para o setor de pessoal, ao invés de investirmos em um *software*, estamos buscando um programa da Secretaria de Estado da Administração sem custos. O processo digitalizado administrativo, estamos buscando o mesmo que é usado no Tribunal de Justiça, também sem custos, assim como o de execução de projetos de leis, que está vindo do Senado federal. Quer dizer, teremos todos esses avanços tecnológicos sem a necessidade de desembolso por parte da Assembleia ou do Estado.

**[PE] - Já é possível dimensionar resultados?**

**Merisio** - Vamos chegar ao mês de dezembro com uma economia de R\$ 100 milhões. Vamos ver, no final do ano, que demandas teremos para, então, definir o que será devolvido aos cofres do Estado. (Em 2014, a Assembleia devolveu R\$ 40 milhões).

**[PE] - A Assembleia está com duas fortes campanhas voltadas à sociedade. Fale sobre essas iniciativas.**

**Merisio** - Nós temos um inves-

timento em mídia que, na nossa compreensão, tem que deixar alguma coisa de efetivo para a sociedade. Tem que ir além da divulgação, necessária, dos atos legislativos. Foi assim quando fizemos a campanha de incentivo à adoção e também foi assim quando fizemos a campanha de resgate da autoestima do empresário, do industrial, do catarinense de um modo geral, que estava baixa e, por isso, gerando impacto na receita do Estado (*campanha Gente que faz a diferença*). Agora, ingressamos, juntamente com o Tribunal de Justiça e com o Ministério Público, na campanha que o Executivo sugeriu, de combate às drogas (*campanha Drogas, não dá mais pra aceitar*). Para mim, essa campanha deve ser permanente. O combate às drogas é uma questão de saúde pública, para tratar quem já é dependente, e de comunicação, para prevenir os que ainda não tiveram o ingresso nas drogas. Nós vamos fazer toda a nossa mídia, de agora em diante, com o conteúdo dessa campanha.

**[PE] - O senhor tem divulgado essas campanhas em eventos pelo estado. É um reforço?**

**Merisio** - Nós estamos descentralizando as ações da Assembleia, regionalizando. Falar das campanhas e das nossas motivações faz parte desses momentos. Mas vamos ter vários outros eventos. Estamos nos preparando para iniciar, agora, em setembro, o *Painel Santa Catarina*, um ciclo de palestras com grandes nomes nacionais, percorrendo todas as regiões do estado e sempre valorizando a oportunidade de falar diretamente com as pessoas. O primeiro painel será em Joinville, com Nuno Cobra, que fará uma palestra motivacional, apontando formas de identificar e aproveitar as oportunidades que surgem em momentos de crise.